



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INDICATIVO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS

CRISTHIANE MARTINS LIMA

Universidade do Vale do Itajaí

fcbastos@gmail.com

FERNANDO CLEMENTE CUNHA BASTOS

Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI

fcbastos@gmail.com

RESUMO

Na lógica contemporânea, o conceito de responsabilidade tem conquistado seu espaço tanto na academia quanto na sociedade. Este ensaio teórico utiliza o conceito de Responsabilidade Social a partir da Extensão Universitária, para discutir como que uma instituição de ensino superior contribui para a promoção da cidadania utilizando o modelo teórico de Valleys (2006). Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar até a comunidade (*stakeholders*) os conhecimentos de que é detentora, os quais são produzidos com a pesquisa e que normalmente divulgam o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o saber científico, de modo a este não se traduzir em privilégio apenas da minoria da população (universitária), mas difundido também à comunidade não acadêmica, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade. Sendo assim, este estudo pretende contribuir para o conhecimento sobre a Responsabilidade Social Universitária sob a ótica da extensão universitária e seus impactos sobre seus principais stakeholders.

Palavras chave: Responsabilidade Social Universitária. Instituição de Ensino Superior. Extensão Universitária. Teoria dos Stakeholders.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, consideráveis transformações que ocorreram no âmbito da sociedade brasileira passam a afetar o ambiente dos negócios. A ditadura e a política neoliberal levaram o Estado a reduzir seu campo de atuação nas questões sociais. Em vista disso, muitas organizações começaram a incorporar ações de responsabilidade social (BRASILEIRO, 2014; RIBEIRO, 2013; PINTO, 2012). Atualmente, a globalização, o avanço tecnológico e o aumento da competitividade, vêm influenciando as relações empresariais que, para competir, devem não só inovar em seus produtos ou serviços, mas desenvolverem políticas de relacionamento e ética na condução de seus atos entre os seus *stakeholders* (NOGUEIRA et al., 2012). O primeiro trabalho formal sobre responsabilidade social foi apresentado na publicação do livro *Social Responsibilities of the Businessman*, de Howard Bowen em 1953, onde o autor afirma que o aumento crescente das empresas resultou em uma forte influência sobre o desenvolvimento das sociedades, e esse aumento de poder deveria ser acompanhado por um aumento da responsabilidade social (BOLLAN; MOTA, 2007).

Desde então, observa-se que mundialmente as ações voltadas para a responsabilidade social têm sido abordadas pelos estudiosos e incentivadas no setor empresarial que vem se adequando, progressivamente, a esta nova postura de compromisso direto com as questões sociais e éticas na adoção de comportamento responsável perante a comunidade. (CARROLL, 1991; 1999; SCHWARTZ; CARROLL, 2003; 2008). No meio acadêmico, a responsabilidade social está voltada para o engajamento do ensino, da pesquisa e da extensão em atendimento de questões sociais emergentes e ao desenvolvimento da sociedade (; CALDERÓN, 2006; MELO NETO, 2001; OROSZCO, 2004; ORTIZ-RIAGA e RUBIANO, 2011; PASTORINO, 2012; SAMPAIO, 2004 ; VALLEYS, 2008;). Os estudos nacionais, reforçam a discussão sobre o papel das Instituições de Ensino Superior como agentes sociais no processo de desenvolvimento local e regional, destacando-se a sociedade, o ambiente e a economia, que são integrados e se reforçam mutuamente. (MILANO, 2009 ; PINTO, 2008, 2012; RIBEIRO, 2013; REIS, 2013; RIBEIRO e MAGALHÃES, 2014).

As universidades, como as empresas, também possuem responsabilidades sociais, além de terem a obrigação de apresentarem eficiência nos serviços prestados, nas responsabilidades de gestão de seus administradores, no planejamento e na estrutura

organizacional. Entretanto, seus valores, objetivos e finalidades as diferenciam, e principalmente se for considerado o responsável pela sua manutenção que é o contribuinte (RIBEIRO, 2013). Sendo assim, a Responsabilidade Social Universitária (RSU) procura alinhar os quatro processos: de Gestão, Formação, Pesquisa e Extensão com as demandas científicas, profissionais e educacionais que buscam o desenvolvimento local e global mais justo e sustentável (VALLAEYS, 2008). Tendo em vista o ensino superior brasileiro, de um modo geral, assegura-se que a “responsabilidade social universitária, constitui uma das exigências da inclusão social, do desenvolvimento econômico e da defesa do meio ambiente” (BOLLAN; DA MOTTA, 2008).

Neste cenário de desafios estão inseridas as universidades públicas brasileiras que têm preocupado os pesquisadores e instigado a criação de novas estratégias que permitam a democratização do acesso e a permanência no ensino, focalizando, principalmente, aqueles que se encontram excluídos por decorrência das desigualdades sociais (BARROS, 2009). Portanto a contribuição teórica deste estudo refere-se a analisar, no contexto brasileiro, o modelo teórico de Valleys (2006) que considerou como referência o Projeto *Universidad Construye País*, originário do sistema universitário chileno que objetiva expandir o conceito e a prática da RSU e os impactos da Extensão Universitária sobre seus principais stakeholders.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

Organizações não atuam isoladamente, o objetivo final da maximização do lucro é alcançado através dos meios disponíveis na sociedade. “Corporações são criadas para proporcionar benefícios para a comunidade pois os indivíduos não seriam capazes de obtê-los a partir de si mesmos” (SANFORD, 2011, p.12). Sendo assim, as empresas estão reconhecendo a obrigação de retribuir algo de valor para a sociedade e comunidade em que atuam. A responsabilidade social corporativa (RSC) é um assunto que vem recebendo cada vez mais destaque nas atividades empresariais, em todo o mundo, determinado pelos inúmeros conflitos provocados pela relação das organizações e o contexto social em que estão inseridas (FARIA et al., 2008). Howard R Bowen em

1953 definiu RSC como aquela que “se refere às obrigações dos empresários de buscar determinadas políticas, de tomar certas decisões ou de seguir linhas de ação desejáveis em termos de objetivos e valores para a nossa sociedade.” (CARROLL, 1999, p. 270). Considerando também o avanço da tecnologia e a globalização que resultaram em um ambiente altamente complexo e competitivo, que cada vez mais precisa responder adequadamente as contínuas exigências impostas pela sociedade, a responsabilidade social corporativa (RSC) é referida como uma estratégia de diferenciação considerável. O que vem ao encontro da definição de Archie B. Carroll (1979, p. 500): “Responsabilidade social dos negócios envolve as expectativas da sociedade em relação às organizações, nos aspectos econômico, legal, ético e discricionário [filantrópico], em dado momento no tempo.”

Sempre que a responsabilidade social é exercida, o objetivo principal para a organização é aumentar a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. Para este comportamento a organização deve ser regida por regras, diretrizes ou regras coerentes com os princípios aceitos de boa conduta para diferentes cenários ou situações, mesmo em situações de crise. Estes princípios éticos são considerados como a base fundamental para o comportamento e tomada de decisão na organização (YSUNZA BREÑA, M.; MOLINA, 2010).

2.2 Responsabilidade Social Universitária

A partir do fenômeno da RSC surgem as primeiras discussões de Responsabilidade Social Universitária (RSU). Conforme explica Ribeiro (2013): o conceito de “responsabilidade social universitária” nasce do conceito de “responsabilidade social corporativo,” percebido como o exercício da cidadania nos setores organizacionais. E conclui dizendo que: “RSU trata de dar uma ressignificação à função social e às tradições de serviço social, que, certamente, representam formas concretas de levar a sociedade a essa responsabilidade” (RIBEIRO, 2013; p.33).

Barroso Tanoíra (2007) ressalta ainda que responsabilidade social nas universidades não é apenas receber as certificações é necessário a preocupação das Instituições de Ensino Superior (IES) em seus recursos humanos para mantê-los motivados e envolvidos no processo educacional, com uma abordagem em que todos ganham. Embora seja apropriado e desejável que tenha certificações de qualidade, estas são parte da imagem externa das instituições e às vezes, não é o que acontece dentro delas. Elas podem ser

academicamente credenciadas em agências relevantes, mas não garantem que estão realmente e integralmente preocupadas com ações socialmente responsáveis. Neste contexto, de acordo com Kotler e Fox (1994), empresas dos mais diversos setores vêm considerando responsabilidade social em suas estratégias e planejamentos, inclusive as instituições de ensino superior (IES), tanto públicas quanto privadas. As IES estão tomando providências no sentido de se tornarem cada vez mais aptas a responder a seu público-alvo, realizando estudos sobre a sua satisfação, necessidades e preferências (OTHMAN e OTHMAN, 2014).

As universidades devem assegurar de que os alunos assumam a responsabilidade por seus pensamentos e ações, enquanto pesquisadores e estudiosos da universidade devem entender que eles têm responsabilidades para com a comunidade em geral (BARNETT, 2007). Ressaltamos, também que as abordagens referentes a RSU apresentam enfoques distintos, como observado por Pinto (2012, p.4):

“O papel das instituições de Ensino Superior tem evoluído com o tempo: passam de garantidores da conservação de formas de conhecimento culturalmente reverenciadas ou fonte de pessoal altamente qualificado e investigadores dedicados a satisfazer necessidades econômicas a agentes do desenvolvimento e da transformação social, que é como se percebe essas instituições nos últimos tempos”.

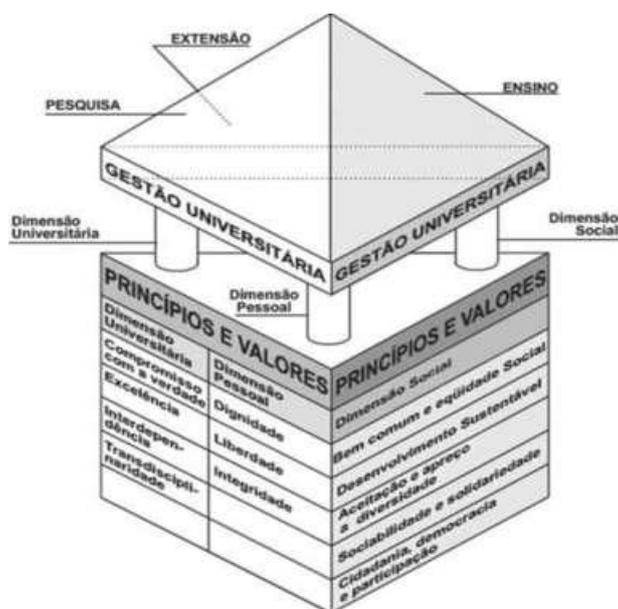
Tendo em vista o grande número de abordagens e definições referentes a RSU, as abordagens que orientam esse estudo são de Vallaeys (2006). O autor defende a ideia que é na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação do indivíduo, do ponto de vista técnico, científico e humano, ou seja, formação de caráter profissional e formação cidadã, baseadas na perspectiva da mudança almejada pela sociedade, é preciso que a Universidade supere o enfoque da projeção social e extensão universitária como “apêndices” a exemplo da empresa que superou o enfoque filantrópico do investimento social para poder entender a si mesma. O autor supracitado corrobora ainda para uma reflexão da instituição acadêmica sobre si mesma, e sua responsabilidade acerca dos problemas crônicos da sociedade que possui sobremaneira parcela de culpa.

Vallaeys (2006, p. 26) afirma que a Universidade assume um quarto pilar, além do ensino, pesquisa e extensão, que é a gestão como “organização socialmente responsável e exemplar” possibilitando aos docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo aprender “na” e “da” universidade uma cultura democrática onde possam diagnosticar e identificar a reprodução das injustiças e patologias do mundo atual negada somente “a

partir da ingênua e falsa autonomia da instituição educacional em relação ao seu contexto social” (VALLAEYS, 2006, p.31).

Calderón, (2006) afirma que a universidade deve ser considerada como uma grande pirâmide de base triangular. Embora sendo uma única construção, possui uma base e três faces entrelaçadas na sua essência. Conforme o autor ilustra na Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Pirâmide Institucional (CALDERÓN, 2006, p. 17)



Calderón (2006) explica que as faces visíveis da pirâmide representam o ensino, a pesquisa e extensão erguidas numa base representada pela gestão universitária. E acrescenta que gestão universitária é o conjunto de processos e estruturas administrativo-gerenciais que possibilitam à universidade atingir sua missão institucional. La Jara et al. (2006), explica que os princípios e valores da RSU, constituem os alicerces da pirâmide, são luzes orientadoras, são guias para o comportamento humano, são fundamentais e permanente em uma universidade socialmente responsável. O princípios e valores da RSU são estruturados em sistema, que podem ser classificados em três níveis: pessoal, social e universitário. E que cada

nível possui indicadores que podem ser utilizados como uma ferramenta de gestão relacionada com a responsabilidade social universitária.

2.3 Responsabilidade Social Universitária no contexto brasileiro

A universidade é uma instituição que teoricamente tem por missão transmitir e produzir novos conhecimentos por meio de três atividades fundamentais: ensino, pesquisa e extensão. Porém, no cenário nacional, o foco no contexto social da educação no ensino superior vem passando por profundas mudanças desde a institucionalização do mercado universitário, que se caracteriza pela acirrada concorrência entre as instituições para atrair clientes-consumidores (CALDERÓN, 2006). A RSU é uma política de melhoria contínua na Universidade, para tal, a necessidade da reunião eficaz de quatro processos na missão social através de: gestão ética ambiental e da instituição; formação de cidadãos responsáveis e solidários; produção e disseminação conhecimento socialmente relevante; participação social na promoção de um desenvolvimento mais humano e sustentável (VALLAEYS, 2008).

O marco principal no Ensino Superior Brasileiro foi em abril de 2004 onde a Responsabilidade Social passou a ser uma das dimensões de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que se fundamenta, entre outros aspectos, no “aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais” das Instituições de Ensino Superior (IES); constando entre os princípios fundamentais: “a responsabilidade social com a qualidade da educação superior”. A atualidade vem expondo novos desafios econômicos, sociais e políticos, que precisam ser, urgentemente, enfrentados pela universidade que não pode esquivar-se à realidade sociocultural. Sendo assim, tem como objetivo principal promover a consciência que a produção de conhecimento só tem significado quando direcionados para a melhoria da sociedade, que na sua grande maioria, é marcada por formas graves de injustiça e de marginalização social e econômica (RIBEIRO, 2013).

2.4 Extensão Universitária e Teoria dos Stakeholders

O surgimento dos primeiros trabalhos de Extensão das Universidades Inglesas, no século passado, ocorreu vinculado ao movimento chamado de "*educação continuada*". Tinham como principal objetivo oferecer oportunidades de educação à população adulta

delas excluídas e, ao mesmo tempo, descaracterizar esse tipo de atividade como sendo destinada apenas às classes desfavorecidas (SAMPAIO, 2004).

Sendo assim, Ortiz-Riaga (2011) assinala que a extensão universitária assumiu duas vertentes básicas: a primeira, originada na Inglaterra, difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), que buscaram cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo. A segunda vertente da extensão é protagonizada pelos Estados Unidos e tem como objetivo básico a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial.

Os parâmetros e motivações da extensão universitária na América Latina foram praticados de forma diferente dos países do capitalismo central (Inglaterra e Estados Unidos). Com efeito, as questões sociais na região, durante o século XX, foram protagonizadas por duas grandes revoluções, a mexicana, de 1910, e a cubana, de 1959, que estabeleceram os contornos de uma variada gama de reivindicações e lutas sociais que, tendo se iniciado a partir da centralidade da luta pela terra, avançou para incorporar questões sociais mais amplas como está sintetizado na Constituição Mexicana de 1917, primeiro texto constitucional no mundo a, efetivamente, incorporar direitos sociais (OROZSCO, 2004; ORTIZ-RIAGA, 2011).

Dados históricos afirmam que a extensão universitária no Brasil foi institucionalizada através do Decreto nº 19.851, de 11/4/1931 que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro (NOGUEIRA, 2005; p. 16-17), ainda segundo Nogueira (2005) os anos da década de 1950 no Brasil são de intensa mobilização política e social: mobilização operária, surgimento de ligas camponesas, luta pela Reforma Agrária e etc. É neste cenário de lutas sociais que surge a figura de Paulo Freire que na Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por ele, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, e é de fato com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares (ação de alfabetização, a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares) exemplarmente manifestada em seu livro “Extensão ou

Comunicação?”, onde discute as bases de uma comunicação efetiva entre o saber agrotécnico e os camponeses chilenos, em que certo conceito de extensão é criticado por suas implicações unilaterais e invasivas para dar lugar a uma prática, a uma cultura, necessariamente, dialogal, educativa e comunicacional, vale dizer:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 2010, p. 27).

Destaca-se no cenário atual, quanto à avaliação da universidade, incluindo efetivamente a extensão, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo que sua avaliação reflete vários aspectos relacionados à extensão. Algumas das dimensões avaliadas pelo SINAES: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, políticas de atendimento aos estudantes e a comunicação com a sociedade (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a Extensão Universitária se apresenta como uma possibilidade viável para dar suporte a uma concepção de Universidade que a concebe como um instrumento que viabilizaria a transformação da sociedade. A Extensão é, portanto, conforme Garrafa (1988, p. 109) assumida como "um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade".

A história do conceito de *stakeholders* foi descrita por Freeman (1984) sendo que o termo surgiu pela primeira vez em na literatura da Administração em 1963 através de um memorando interno da Stanford Research Institute (SRI) e foi criada para generalizar a noção de acionista como o único grupo, a quem a gestão precisa ser sensível. Originalmente Freeman (1984) apresenta que a lista dos *stakeholders* incluía os acionistas, os empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade.

Parafraseando Silveira et al.(2005, p.35) a teoria dos *stakeholders* “trata-se de uma abordagem administrativa que enfatiza o gerenciamento ativo do ambiente do negócio,

dos relacionamentos entre os participantes, e a consequente promoção dos diferentes interesses”. As instituições de ensino superior (IES) possuem consideráveis e diversas redes de associações de *stakeholders*, o que resulta em uma dependência forte com seus *stakeholders* para a estabilidade e progresso institucional (FRYZEL, 2011). Desse modo, podemos a partir da teoria dos *stakeholders* retirada da Responsabilidade Social Corporativa analisar vários aspectos da extensão universitária e suas partes interessadas, ou seja, seus *stakeholders* internos (docentes, discentes, técnicos administrativos) e *stakeholders* externos (comunidade externa). Esta teoria propõe que a empresa, no caso a Instituição universitária, pode ser compreendida em termos de um conjunto de associações entre os grupos envolvidos em empreendimentos de atividades que o negócio se compromete (MOIR, 2001).

Através da extensão, a universidade com seus *stakeholders* internos tem a oportunidade de levar até a comunidade (*stakeholders* externos) os conhecimentos de que é detentora, os quais são produzidos com a pesquisa e que normalmente divulgam o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o saber científico, de modo a este não se traduzir em privilégio apenas da minoria da população (universitária), mas difundido também à comunidade não acadêmica, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade (FREEMAN, 2000).

Nesse contexto, pode-se reafirmar a importância da Extensão Universitária, quando exerce o papel de articuladora entre teoria e prática, favorecendo a formação solidária, cidadania e a capacitação profissional e humana; integrando realmente, o ensino e a pesquisa. Só assim a Extensão estará favorecendo o papel de uma Universidade inserida no contexto, propiciando reflexão que incida sobre a sua própria ação, desvelando seus objetivos, seus meios, sua eficiência, como propõe Freire (2010, p.40):

Qualquer que seja, contudo o nível em que se dá a ação do homem sobre o mundo, esta ação subentende uma teoria. [...] Sendo assim, impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não. Impõe-se que, em lugar da simples “doxa” em torno da ação que desenvolvemos, alcancemos o “logos” de nossa ação. Isso é tarefa específica da reflexão filosófica. Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência. Ao fazê-lo, o que antes não se apresentasse a nós como teoria de nossa ação, se nos releva como tal. E, essa teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente.

Nesse contexto, pode-se reafirmar a importância da Extensão Universitária, quando exerce o papel de articuladora entre teoria e prática, favorecendo a formação solidária, cidadania e a capacitação profissional e humana; integrando realmente, o ensino e a pesquisa. Só assim a Extensão estará favorecendo o papel de uma Universidade inserida no contexto, propiciando reflexão que incida sobre a sua própria ação, desvelando seus objetivos, seus meios, sua eficiência, como propõe Freire (2010, p.40):

Qualquer que seja, contudo o nível em que se dá a ação do homem sobre o mundo, esta ação subentende uma teoria. [...] Sendo assim, impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não. Impõe-se que, em lugar da simples “doxa” em torno da ação que desenvolvemos, alcancemos o “logos” de nossa ação. Isso é tarefa específica da reflexão filosófica. Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência. Ao fazê-lo, o que antes não se apresentasse a nós como teoria de nossa ação, se nos releva como tal. E, essa teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente.

Muitas das atividades de extensão universitária serviram, e ainda servem como reveladora da abertura da Universidade para as comunidades. Se analisarmos com cuidado, veremos que algumas propostas funcionam como as políticas sociais compensatórias, suficientes para acalmar os conflitos sociais sem criar ou possibilitar a criação de novas possibilidades e saídas para os grupos envolvidos. Porém, existem avanços na reflexão sobre a extensão universitária e os questionamentos feitos através dos anos, trazem para o debate acadêmico a discussão de sua verdadeira função e quais deverão ser suas características (FERNANDES, 2012; BERNARDES, 2014, FOLLMANN, 2014).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico buscou utilizar o conceito de Responsabilidade Social a partir da Extensão Universitária, para discutir como que uma instituição de ensino superior contribui para a promoção da cidadania utilizando o modelo teórico de Valleys (2006). Além dos agentes diretamente envolvidos com a educação superior, também toda a sociedade é responsável pelo êxito desta nova concepção de mundo, à medida que a atitude de um afeta o outro numa reação em cadeia. A responsabilidade social faz parte de uma nova concepção de sociedade da qual as Instituições de Ensino Superior não

poderiam ficar alheias, já que os meios de que dispõem justificam a sua importância no desenvolvimento social. Com a certeza de que os programas de extensão possibilitam concretamente atender às exigências das políticas públicas na construção da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, e a importância capital que as universidades têm para o desenvolvimento nacional. Estas por sua vez, a cada ano, criam e implantam novos programas de extensão. A grande maioria são projetos encaminhados por docentes das instituições, destacam a extensão como um via da socialização do saber construído e também como cumprimento da responsabilidade social que a universidade tem com a comunidade.

REFERÊNCIAS

BARNETT, R. Recovering the Civic University. In L. McIlrath, & I. Labhrainn, Higher education and civic engagement. **International perspectives**. p. 25-36. 2007.

BARROS, C. M. P. **Responsabilidade Social Universitária**: um estudo de caso no curso de medicina da Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral. 2009. 160f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2663>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BARROSO TANOÍRA, F. G. Responsabilidad social empresarial y sugerencias para su aplicación em instituciones educativas. **Investigación Universitaria Multidisciplinar**, v. 6,n. 6, p. 48-54, 2007. Disponível em: <<ile:///C:/Users/Adriela/Downloads/Dialnet-ResponsabilidadSocialEmpresarialYSugerenciasParaSu-2695342%20(1).pdf>>. Acesso em 06 abr. 2016.

BERNARDES, Marco Aurélio. Papel e responsabilidades da universidade no processo sócioeducativo presente em movimentos de economia solidária. **Revista de administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, dez. 2013.

BOLLAN, V.; DA MOTTA, M. V. Responsabilidade Social no Ensino Superior. In: **Responsabilidade Social**. v.3. São Paulo: ABEMES, 2008.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de Abril de 2004. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior : SINAES. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; GONÇALVES, Eveline Filgueiras; TARGINO, Maria das Graças. Novas perspectivas para a Responsabilidade Social Universitária: reflexão sobre o projeto de educação popular e apoio à saúde da família – Universidade Federal da Paraíba. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, p. 208-229, jul./set. 2014.

CALDERÓN, A.I. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 07-22, jun. 2006. Disponível em: <<<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>>> Acesso em: 12 abr. 2016.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, out 1979. Disponível em: <<www.jstor.org/stable/257850?seq=1#page_scan_tab_contents>> Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**. ano 34, n.4, p.39-48, jul 1991. Disponível em: <<<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=34b0614a-33c0-47e3-be32-f606a99b2d2b%40sessionmgr110&vid=6&hid=102>>> Acesso em 10 abr. de 2016.

_____. Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, v.38, n.3, p. 268-295, set 1999. Disponível em: <<<http://econoca.unica.it/public/downloadocenti/Carroll%20CSR%20Evolution%20of%20a%20def%20construct.pdf>>> Acesso em: 08 abr. 2016.

FARIA, A. A.; HEMAIS, M. W.; GUEDES, A. L. M. Responsabilidade Social Corporativa: construindo uma perspectiva pró-governo. **FACES Revista de Administração**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3 p. 105-122 jul./set. 2008. Disponível em: <<<http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/126/123>>> Acesso em: 18 abr. 2016.

FERNANDES, Marcelo Costa et al. Universidade e a Extensão Universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 04, p. 169-194, dez. 2012.

FOLLMANN, José Ivo. **Dialogando com os conceitos de transdisciplinaridade e de extensão universitária**: caminhos para o futuro das instituições educacionais. **Revista INTERthesis**, Florianópolis, v.11. n.1, p. 23-42 , jun. 2014.

FREEMAN, R. E. Stakeholder approach to strategic management. Boston, EUA: Pitman, 1984. Disponível em: http://www.corporate-ethics.org/pdf/Strategic_Management_A_Stakeholder_Approach.pdf . Acesso em: 25 abr. 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FRYZEL B. Building stakeholder relations and corporate social responsibility: A sensemaking perspective. Chippenham: Palgrave Macmillan. 2011. Disponível em: <<<http://www.palgraveconnect.com/pc/doifinder/view/10.1057/9780230308817>>>.

Acesso em: 05 maio 2016.

GARRAFA, V. (org.). **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades**, 1988.

KOTLER, P.; FOX, K. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

LA JARA, M. Jiménez de ; FONTECILLA, J. M. F.; TRONCOSO, C. D. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 57-73, mar, 2006. Disponível em:

<<<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>>>

Acesso em: 12 abr. 2015.

MOIR L. What do we mean by corporate social responsibility? **Corporate Governance**, 1(2), 16-22. 2001. Disponível em:

<<http://core.ac.uk/download/pdf/138652.pdf>>>. Acesso em: em 05 fev. 2016.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas da Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

NOGUEIRA, M. G. S. S.; GARCIA, T. E. M.; RAMOS, M. G. G. Governança Corporativa, Responsabilidade Social Corporativa: a visão de atores de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária da América Latina**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 222-244, dez. 2012. Disponível em <www.gual.ufsc.br> Acesso em 15 jan. 2015.

OROZSCO, Magdalena. La extensión universitaria y la Universidad Pública. **Reencuentro**, n. 39, p. 47-54, abr. 2004.

ORTIZ-RIAGA, Maria Carolina; MORALES-RUBIANO, Maria Eugenia. A extensão universitária na América Latina: conceitos e tendências. **Educ. Educ.** v. 14, n. 2 , p. 349-66, ago. 2011.

OTHMAN, Radiah; OTHMAN, Roslan. Higher education institutions and social Performance: evidence from public and private Universities. **International Journal of Business and Society**, v. 15, n. 1, Jan 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Downloads/Vol15No1paper1.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

PINTO, Maira Meira. Responsabilidade Social Universitária como Indicador de Qualidade para o Ensino Superior. In: Congresso Nacional de Educação, 8, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2008. Disponível em

<<www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/186_345.pdf>> Acesso em 16 abr. 2016.

RIBEIRO, R. M. C. A formação do professor na relação ética da teoria com a prática: uma questão de Responsabilidade Social Universitária. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.25-43, jul. / dez. 2013. Disponível em: <<<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>>> Acesso em: 25 abr. 2016.

SAMPAIO, Otávio Bezerra. Contextualização Histórica da Extensão e Seus Reflexos na Sociedade Brasileira. Anais... Encontro de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande. III. Campina Grande, 2004. Disponível em: <<http://blogpdf.com/contextualiza%25C3%2587%25C3%2583o-hist%25C3%2593rica-da-extens%25C3%2583o-e-seus-reflexos-na...-18860355>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SANFORD, C. **The responsible business: reimagining sustainability and success**. San Francisco: Jossey-Bass. 2011.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility: A Three-Domain Approach. **Business Ethics Quarterly**, v.13, n.4, p.503-530, 2003.

_____. Integrating and unifying competing and complementary frameworks: the search for a common core in the business and society field. **Business & Society**, v.20, n.10, p.1-39, 2008.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli; YOSHINAGA, Claudia Emiko; BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. Crítica à Teoria dos Stakeholders como função-objetivo corporativa. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, janeiro/março 2005. Disponível em: <<www.revistas.usp.br/rege/article/viewFile/36508/39229>> Acesso em 13 abr. 2016.

VALLAEYS, François. O que significa responsabilidade social universitária? **Revista da Associação de Mantenedores de Ensino Superior**, ano 24, n. 36, p. 35-56, jun. 2006.

_____. Responsabilidad Social Universitaria: una nueva filosofía de gestión ética e inteligente para las universidades. **Revista educación superior y sociedad: nueva época**. Venezuela, v. 13, n. 2, p. 193-220, set. 2008. Disponível em: <<www.iesalc.unesco.org.ve>> Acesso em: 18 abr. 2016.

YSUNZA BREÑA, M.; MOLINA, J. Principios Éticos y Responsabilidad Social em la Universidad. **Administración y organizaciones**, México, v.12, n.24, p. 11-21, jun 2010. Disponível em: <<http://148.206.107.15/biblioteca_digital/estadistica.php?id_host=6&tipo=ARTICUL>>

O&id= 8002&archivo=9-564-8002qdh.pdf&titulo=Principios éticos y responsabilidad social en la universidad>> Acceso em: 25 abr. 2016.